

XIV LEGISLATURA

SEPARATA — N.º 1 (2019.11.19)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 3, 10, 17, 43, 44, 47, 48, 49 e 50/XIV/1.ª):

N.º 5/XIV/1.ª (PCP) — Reduz para 35 horas o limite máximo do horário semanal de trabalho para todos os trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 10/XIV/1.ª (PCP) — Repõe o princípio do tratamento mais favorável, elimina a caducidade da contratação coletiva e regula a sucessão de convenções coletivas de trabalho (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 11/XIV/1.ª (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 17/XIV/1.ª (PCP) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos.

N.º 43/XIV/1.ª (PCP) — Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 44/XIV/1.ª (PCP) — Repõe os valores de pagamento do trabalho suplementar, para todos os trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho e da décima primeira alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

N.º 47/XIV/1.ª (BE) — Reconhece o direito a 25 dias de férias no setor privado (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 48/XIV/1.ª (BE) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troika relativas ao despedimento por extinção do posto de trabalho e elimina a figura do despedimento por inadaptação, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 49/XIV/1.ª (BE) — Repõe o valor do trabalho suplementar e o descanso compensatório, aprofundando a recuperação de rendimentos e contribuindo para a criação de emprego, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 50/XIV/1.ª (BE) — Revoga as alterações ao Código do Trabalho introduzidas no período da troika que vieram facilitar os despedimentos e reduz as compensações devidas aos trabalhadores, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

SEPARATA — N.º 2 (2019.11.20)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 8 e 15/XIV/1.ª):

N.º 8/XIV/1.ª (PCP) — Aprova o estatuto da condição policial.

N.º 15/XIV/1.ª (PCP) — Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança.

SEPARATA — N.º 3 (2019.11.23)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 26, 55, 60, 62, 64, 65, 68, 74 a 76 e 79/XIV/1.ª):

N.º 26/XIV/1.ª (PEV) — Garante o direito à redução de horário de trabalho, para efeitos de amamentação, aleitação ou acompanhamento à criança até aos 3 anos de idade, promovendo uma alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 55/XIV/1.ª (CDS-PP) — Cria a dispensa para assistência a filho até aos 2 anos, em substituição da dispensa para amamentação ou aleitação, procedendo à décima quinta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho.

N.º 60/XIV/1.ª (BE) — Cria a dispensa para acompanhamento a filhos até aos 3 anos, procedendo à décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 62/XIV/1.ª (PCP) — Garante o direito das crianças até 3 anos a serem acompanhadas pelos progenitores.

N.º 64/XIV/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade e de banco de horas, nas modalidades grupal e por regulamentação coletiva (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 65/XIV/1.ª (PCP) — Garante o cumprimento efetivo dos horários de trabalho e a conciliação do trabalho com a vida familiar e revoga os mecanismos de adaptabilidade individual (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 68/XIV/1.ª (PCP) — Repõe montantes e regras de cálculo nas compensações por cessação do contrato de trabalho e despedimento.

N.º 74/XIV/1.ª (BE) — Promove a contratação coletiva, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 75/XIV/1.ª (BE) — Alterações ao regime jurídico-laboral e alargamento da proteção social dos trabalhadores por turnos e noturnos (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

N.º 76/XIV/1.ª (BE) — Consagra as 35 horas como período normal de trabalho no setor privado (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

N.º 79/XIV/1.ª (PEV) — Consagra o direito a 25 dias de férias anuais (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

SEPARATA — N.º 4 (2019.11.23)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 45/XIV/1.ª (PCP):

Altera o Estatuto da GNR relativamente ao horário de referência semanal (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 30/2017, de 22 de março).

SEPARATA — N.º 5 (2019.11.29)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 89, 91, 95, 102 e 111/XIV/1.ª):

N.º 89/XIV/1.ª (BE) — Combate o falso trabalho temporário e restringe o recurso ao outsourcing e ao trabalho temporário.

N.º 91/XIV/1.ª (BE) — Alarga a proteção na parentalidade aos progenitores com filhos com deficiência, doença rara ou doença oncológica e determina o pagamento a 100% do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica.

N.º 95/XIV/1.ª (PCP) — Reforço de direitos e condições de acompanhamento a filho com doença crónica, oncológica ou resultante de acidente.

N.º 102/XIV/1.ª (PAN) — Reforça a proteção social e laboral dos pais num quadro de assistência do filho com doença oncológica.

N.º 111/XIV/1.ª (CDS-PP) — Acresce em 60 dias o período de licença parental inicial, em caso de nascimento de criança com deficiência ou doença rara e aumenta o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença crónica ou doença oncológica, procedendo à décima quinta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Código do Trabalho), à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade), e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril (Regime Jurídico de Proteção Social na Parentalidade dos Trabalhadores da Função Pública Integrados no Regime de Proteção Social Convergente).

SEPARATA — N.º 6 (2019.11.07)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 132/XIV/1.ª (PCP):

Elimina as desigualdades na atribuição do suplemento de fixação ao pessoal do Corpo da Guarda Prisional em funções nas regiões autónomas (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 3/2014, de 9 de janeiro).

SEPARATA — N.º 7 (2019.12.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 127 e 130/XIV/1.ª):

N.º 127/XIV/1.ª (IL) — Colocar no recibo de vencimento dos trabalhadores por conta de outrem os custos suportados pela entidade patronal no âmbito das contribuições para a segurança social (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprovou o Código do Trabalho).

N.º 130/XIV/1.ª (PEV) — Consagra a reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e a eliminação da caducidade da contratação coletiva (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 8 (2019.12.20)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 5/XIV/1.ª (GOV):

Aprova o Orçamento do Estado para 2020.

SEPARATA — N.º 9 (2019.12.23)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 141/XIV/1.ª (PEV):

Relações de trabalho dentro da Infraestruturas de Portugal, SA (alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio).

SEPARATA — N.º 10 (2020.02.19)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 185/XIV/1.ª (PEV):

Consagra a terça-feira de Carnaval como feriado nacional obrigatório (décima sexta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 11 (2020.03.03)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 133/XIV/1.ª (Cidadãos):

Procede à segunda alteração ao regime da carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica – Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 agosto –, à primeira alteração do regime legal da carreira aplicável aos técnicos superiores das áreas de diagnóstico e terapêutica, doravante designada TSDT, em regime de contrato de trabalho – Decreto-Lei n.º 110/2017, de 31 de agosto – e à primeira alteração ao regime remuneratório aplicável à carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, bem como as regras de transição dos trabalhadores para esta carreira, que regulamenta o primeiro – Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro.

SEPARATA — N.º 12 (2020.03.07)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 218/XIV/1.ª (BE):

Consagra o direito ao pagamento de subsídio de alimentação a todos/as trabalhadores/as, em valor mínimo equiparado à Administração Pública.

SEPARATA — N.º 13 (2020.03.13)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 94, 188, 197 e 200/XIV/1.ª):

N.º 94/XIV/1.ª (PEV) — Cria maior justiça no direito a prestação por incapacidade decorrente

de doença ou acidente de trabalho.

N.º 188/XIV/1.ª (PAN) — Altera o Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de novembro, reforçando os direitos dos trabalhadores em funções públicas em caso de acidente de trabalho ou doença profissional.

N.º 197/XIV/1.ª (BE) — Repõe o direito dos funcionários públicos à reparação pecuniária dos danos resultantes de acidentes de serviço e doenças profissionais.

N.º 200/XIV/1.ª (PCP) — Repõe a possibilidade de acumulação das prestações por incapacidade permanente com a parcela da remuneração correspondente à percentagem de redução permanente da capacidade geral de ganho do trabalhador.

SEPARATA — N.º 14 (2020.03.13)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 224, 236, 239, 245 e 255/XIV/1.ª):

N.º 224/XIV/1.ª (PEV) — Garante o subsídio de doença a 100% para os casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa.

N.º 236/XIV/1.ª (CDS-PP) — Altera o direito ao subsídio de doença para os casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa, procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro.

N.º 239/XIV/1.ª (PAN) — Pagamento a 100% do subsídio de doença em caso de situações de tuberculose ou de outros casos de isolamento profilático por doença infetocontagiosa.

N.º 245/XIV/1.ª (PAN) — Incorpora no Código do Trabalho as faltas motivadas por isolamento profilático como justificadas e atribui aos beneficiários um montante diário de subsídio de doença correspondente a 100% da remuneração.

N.º 255/XIV/1.ª (PCP) — Reforça o subsídio de doença em caso de surto epidémico e assegura que não há perda de remuneração em situação de isolamento profilático por doença infetocontagiosa (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 28/2004, de 4 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 15 (2020.03.18)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 228 e 229/XIV/1.ª):

N.º 228/XIV/1.ª (PCP) — Fixa os critérios de atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).

N.º 229/XIV/1.ª (PCP) — Fixa o regime de atribuição e os montantes dos acréscimos em suplementos e outras compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima segunda alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).

SEPARATA — N.º 16 (2020.04.15)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 263 e 268/XIV/1.ª):

[N.º 263/XIV/1.ª \(PCP\)](#) — Consagra a obrigatoriedade do subsídio de refeição, procedendo à décima quinta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

[N.º 268/XIV/1.ª \(PCP\)](#) — Novo Regime Jurídico do Trabalho Portuário.

SEPARATA — N.º 17 (2020.04.22)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 246 e 252/XIV/1.ª):

[N.º 246/XIV/1.ª \(PAN\)](#) — Altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, reforçando os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos.

[N.º 252/XIV/1.ª \(PEV\)](#) — Garante o reforço dos direitos aos trabalhadores por turnos e noturno (alteração ao Código do Trabalho e à Lei de Trabalho em Funções Públicas).

SEPARATA — N.º 18 (2020.04.27)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 220/XIV/1.ª (BE):

Regula o direito de associação do pessoal da Polícia Marítima (primeira alteração à Lei n.º 9/2008, de 19 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 19 (2020.05.28)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 238/XIV/1.ª (PCP):

Suplemento remuneratório dos elementos femininos das forças e serviços de segurança por motivo de gravidez.

SEPARATA — N.º 20 (2020.06.02)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 176/XIV/1.ª (PS):

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio, permitindo a

SEPARATA — N.º 21 (2020.06.05)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 398, 399 e 401/XIV/1.ª):

N.º 398/XIV/1.ª (PEV) — Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

N.º 399/XIV/1.ª (PEV) — Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

N.º 401/XIV/1.ª (BE) — Regulamenta os suplementos das compensações e outras regalias de risco, penosidade e insalubridade (décima sexta alteração da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

SEPARATA — N.º 22 (2020.06.09)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 403 a 407/XIV/1.ª):

N.º 403/XIV/1.ª (BE) — Altera o regime da carreira especial de enfermagem, de forma a garantir posicionamentos remuneratórios e progressões de carreira mais justos e condizentes com o reconhecimento que os profissionais de enfermagem merecem.

N.º 404/XIV/1.ª (BE) — Medidas de valorização e proteção dos profissionais da saúde.

N.º 405/XIV/1.ª (BE) — Altera o Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, de forma a garantir uma mais justa transição para a categoria de enfermeiro especialista por parte de enfermeiros que desempenharam ou desempenham funções de direção ou chefia.

N.º 406/XIV/1.ª (PCP) — Consideração de todos os pontos para efeitos de descongelamento das carreiras.

N.º 407/XIV/1.ª (PCP) — Dignificação da carreira de enfermagem (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 71/2019, de 27 de maio, terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro).

SEPARATA — N.º 23 (2020.06.18)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 402, 414, 427 e 448/XIV/1.ª):

N.º 402/XIV/1.ª (BE) — Procede à alteração da Lei n.º 89/99, de 5 de julho, que define as condições de acesso e exercício da atividade de intérprete de Língua Gestual.

N.º 414/XIV/1.ª (BE) — Densifica o regime jurídico aplicável à transmissão de empresa ou estabelecimento clarificando a sua aplicação nas situações de fornecimento de serviços de vigilância, alimentação ou limpeza (décima sexta alteração do Código do Trabalho).

N.º 427/XIV/1.ª (PCP) — Cria um regime excecional e temporário de suspensão do contrato de trabalho por não pagamento pontual da retribuição.

N.º 448/XIV/1.ª (PS) — Introduce uma norma interpretativa do artigo 285.º do Código do Trabalho, tornando obrigatória a sua aplicação à adjudicação, por concurso público, de prestações de serviços públicos.

SEPARATA — N.º 24 (2020.06.27)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 447/XIV/1.ª (CDS-PP):

Altera o regime da carreira especial de enfermagem, bem como o regime da carreira de enfermagem nas entidades públicas empresariais e nas parcerias em saúde (terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 247/2009, de 22 de setembro, e terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro).

SEPARATA — N.º 25 (2020.07.04)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 45/XIV/1.ª (GOV):

Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131.

SEPARATA — N.º 26 (2020.07.10)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 462/XIV/1.ª (PCP):

Valorização da carreira de Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica.

SEPARATA — N.º 27 (2020.07.11)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 44/XIV/1.ª (GOV):

Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual.

SEPARATA — N.º 28 (2020.07.17)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 455, 463 e 467/XIV/1.ª):

N.º 455/XIV/1.ª (PSD) — Clarifica o regime em que se integram os trabalhadores da entidade cedente na entidade cessionária, no âmbito do n.º 4 do artigo 244.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

N.º 463/XIV/1.ª (BE) — Altera a carreira especial de técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica, de forma a valorizar os trabalhadores.

N.º 467/XIV/1.ª (PAN) — Reforça as garantias dos trabalhadores da entidade cedente na entidade cessionária, procedendo à décima-segunda alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

SEPARATA — N.º 29 (2020.07.22)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 475/XIV/1.ª (PCP):

Estatuto do Formador da Polícia de Segurança Pública.

SEPARATA — N.º 30 (2020.07.25)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 472 e 474/XIV/1.ª):

N.º 472/XIV/1.ª (BE) — Estabelece a igualdade no exercício da parentalidade em caso de adoção e promove o acompanhamento do pai às consultas pré-natais (décima sexta alteração ao Código do Trabalho e sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril).

N.º 474/XIV/1.ª (PSD) — Programa especial de apoio social aos ex-trabalhadores da COFACO.

Proposta de Lei n.º 51/XIV/1.ª (GOV):

Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, transpondo a Diretiva (UE) 2018/957.

SEPARATA — N.º 31 (2020.08.05)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 477/XIV/1.ª (PSD):

Suplementos remuneratórios das grávidas, puérperas e lactantes que integram as forças de segurança.

SEPARATA — N.º 32 (2020.09.22)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 503/XIV/1.ª (PCP):

Defende e reforça os direitos dos trabalhadores em caso de transmissão de empresa ou estabelecimento, no setor privado ou no setor público, por adjudicação de fornecimento de serviços que se concretize por concurso público, ajuste direto ou qualquer outro meio previsto.

SEPARATA — N.º 33 (2020.10.08)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 510, 524, 525, 533, 534, 535, 536, 539, 542 e 550/XIV/2.ª):

N.º 510/XIV/2.ª (PCP) — Assegura a remuneração de referência a 100% aos trabalhadores que integram grupos de risco, no âmbito da doença COVID-19.

N.º 524/XIV/2.ª (CH) — Pelo aumento da licença parental atribuída às mães e pais do país, contribuindo, desta forma, para um fortalecimento dos laços familiares e, conseqüentemente, da taxa de natalidade.

N.º 525/XIV/2.ª (PCP) — Combate a precariedade laboral e reforça os direitos dos trabalhadores (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 533/XIV/2.ª (BE) — Elimina o banco de horas grupal e por acordo de grupo, a adaptabilidade individual e grupal e reforça a fiscalização dos horários de trabalho (décima sexta alteração ao Código do Trabalho).

N.º 534/XIV/2.ª (PAN) — Aprova medidas que garantam a conciliação do trabalho com a vida familiar e uma maior estabilidade profissional, procedendo para o efeito à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, à décima terceira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril.

N.º 535/XIV/2.ª (PAN) — Consagra o direito de desconexão profissional, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

N.º 536/XIV/2.ª (PAN) — Assegura mais tempo de lazer por via da redução do limite máximo do período normal de trabalho e da consagração do direito a 25 dias úteis de férias nos setores público e privado, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, e à décima terceira alteração à Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

N.º 539/XIV/2.ª (IL) — Restabelece o banco de horas individual (décima sexta alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro que aprovou o Código do Trabalho).

N.º 542/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos (altera o Código do Trabalho e a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).

N.º 550/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Estabelece o enquadramento legal da saúde ocupacional e cria a figura do psicólogo no trabalho.

Propostas de Lei (n.ºs 57 e 59/XIV/2.ª):

N.º 57/XIV/2.ª (GOV) — Transpõe a Diretiva (UE) 2018/958, relativa a um teste de proporcionalidade a realizar antes da aprovação de nova regulamentação das profissões.

N.º 59/XIV/2.^a (GOV) — *Procede à simplificação dos procedimentos associados ao reconhecimento das qualificações profissionais, transpondo a Diretiva 2005/36/CE.*

SEPARATA — N.º 34 (2020.10.17)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 61/XIV/2.^a (GOV):

Aprova o Orçamento do Estado para 2021.

SEPARATA — N.º 35 (2020.10.22)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 485/XIV/1.^a e 507, 509, 511, 562, 563 e 568/XIV/2.^a):

N.º 485/XIV/1.^a (BE) — *Cria e regula a carreira de Técnico Auxiliar de Saúde.*

N.º 507/XIV/2.^a (PCP) — *Fixa regime e os critérios de atribuição, montante dos acréscimos em suplementos remuneratórios e das compensações que se fundamentem na prestação de trabalho em condições de risco, penosidade e insalubridade (décima quarta alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 509/XIV/2.^a (PCP) — *Valorização dos trabalhadores da saúde.*

N.º 511/XIV/2.^a (PCP) — *Garante a atribuição de um suplemento remuneratório a todos os trabalhadores dos serviços essenciais.*

N.º 562/XIV/2.^a (PEV) — *Atribuição das compensações em acréscimo aos suplementos remuneratórios por trabalho executado em condições de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 563/XIV/2.^a (PEV) — *Aplicação do suplemento de risco, penosidade e insalubridade (Alteração à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas).*

N.º 568/XIV/2.^a (PAN) — *Define os princípios gerais respeitantes ao exercício da profissão de Técnico Auxiliar de Saúde.*

SEPARATA — N.º 36 (2020.11.04)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 558 a 560/XIV/2.^a):

N.º 558/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — *Estende o regime de falta para assistência à família aos animais de companhia.*

N.º 559/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — *Alarga o regime de faltas por motivo de falecimento de cônjuge, parente ou afim e garante o direito ao luto por falecimento de animal de companhia.*

N.º 560/XIV/2.^a (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — *Aprova o Estatuto do Trabalhador Essencial ao Estado de Emergência.*

SEPARATA — N.º 37 (2020.11.04)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 566/XIV/2.ª (PCP):

Regula a prestação de trabalho suplementar na Polícia de Segurança Pública (segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 243/2015, de 19 de outubro).

SEPARATA — N.º 38 (2020.11.14)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 63/XIV/2.ª (GOV):

Procede à suspensão excepcional de prazos associados à sobrevivência e caducidade de convenção coletiva de trabalho.

SEPARATA — N.º 39 (2021.01.09)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 611/XIV/2.ª (PEV):

Repõe a duração de 90 dias para o período experimental para trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração (alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 40 (2021.01.22)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 622, 628, 643 e 645/XIV/2.ª):

N.º 622/XIV/2.ª (CDS-PP) — Cria a licença parental pré-natal e o subsídio parental pré-natal, procedendo à décima oitava alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 89/2009, de 9 de abril, e à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de abril.

N.º 628/XIV/2.ª (PAN) — Promoção da equidade no subsídio parental.

N.º 643/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Promove a igualdade no exercício das responsabilidades parentais estabelecendo uma licença parental inicial paritária.

N.º 645/XIV/2.ª (PCP) — Reforço dos direitos de maternidade e de paternidade.

SEPARATA — N.º 41 (2021.02.02)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 649 e 650/XIV/2.ª):

N.º 649/XIV/2.ª (BE) — Reconhece e regulamenta o estatuto profissional da animação sociocultural.

N.º 650/XIV/2.ª (BE) — Reforça o direito de oposição do trabalhador à transmissão da posição do empregador no seu contrato de trabalho (décima nona alteração do Código do Trabalho).

SEPARATA — N.º 42 (2021.02.09)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 131 e 446/XIV/1.ª e 526, 577, 578, 598, 605 e 609/XIV/2.ª):

N.º 131/XIV/1.ª (PAN) — Lei de Bases do Clima.

N.º 446/XIV/1.ª (PCP) — Estabelece as bases da política de ambiente e ação climática.

N.º 526/XIV/2.ª (PEV) — Lei-Quadro da Política Climática.

N.º 577/XIV/2.ª (PS) — Aprova a Lei de Bases da Política do Clima.

N.º 578/XIV/2.ª (BE) — Lei de Bases do Clima.

N.º 598/XIV/2.ª (PSD) — Lei de Bases do Clima.

N.º 605/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Define as bases da política climática.

N.º 609/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Joacine Katar Moreira) — Lei de Bases da Política Climática.

SEPARATA — N.º 43 (2021.02.16)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 644 e 667/XIV/2.ª):

N.º 644/XIV/2.ª (PCP) — Combate à precariedade na área da saúde com a conversão de contratos de trabalho para tempo indeterminado ou sem termo.

N.º 667/XIV/2.ª (BE) — Contratação definitiva de profissionais do Serviço Nacional de Saúde com vínculos precários.

SEPARATA — N.º 44 (2021.02.23)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 674/XIV/2.ª (PCP):

Regula as relações de trabalho no exercício profissional da advocacia.

SEPARATA — N.º 45 (2021.03.05)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 692 e 704/XIV/2.ª):

N.º 692/XIV/2.ª (PAN) — *Revoga a presunção de aceitação de despedimento coletivo em virtude da aceitação da compensação paga pelo empregador, procedendo à décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.*

N.º 704/XIV/2.ª (BE) — *Revoga a presunção legal de aceitação do despedimento por causas objetivas quando o empregador disponibiliza a compensação ao trabalhador (décima sexta alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).*

SEPARATA — N.º 46 (2021.03.18)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 714/XIV/2.ª (PEV):

Altera os montantes e os critérios de cálculo nas compensações em caso de cessação do contrato de trabalho e despedimento (décima sexta alteração ao Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

SEPARATA — N.º 47 (2021.03.20)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 720 e 729/XIV/2.ª):

N.º 720/XIV/2.ª (BE) — *Medidas de proteção das vítimas de violência doméstica no âmbito dos direitos laborais, da segurança social e da habitação (nona alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas, aprovado pela Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e segunda alteração ao regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica, aprovado pela Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro).*

N.º 729/XIV/2.ª (PCP) — *Reforça os direitos de participação das associações representativas dos profissionais da Guarda Nacional Republicana (primeira alteração à Lei n.º 39/2004, de 18 de agosto, que estabelece os princípios e as bases gerais do exercício do direito de associação profissional dos militares da GNR, à Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, que aprova a Lei Orgânica da GNR e ao Decreto-Lei n.º 233/2008, de 2 de dezembro, que regulamenta o exercício do direito de associação pelos profissionais da GNR).*

SEPARATA — N.º 48 (2021.03.29)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 745/XIV/2.ª (BE):

Altera o regime jurídico-laboral de teletrabalho, garantindo maior proteção do trabalhador

(décima nona alteração ao Código do Trabalho e primeira alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais).

SEPARATA — N.º 49 (2021.04.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 765 e 767/XIV/2.ª):

N.º 765/XIV/2.ª (PCP) — Regula o regime de trabalho em teletrabalho.

N.º 767/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Pelo reconhecimento do direito ao luto em caso de perda gestacional.

SEPARATA — N.º 50 (2021.04.13)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 755 e 763/XIV/2.ª):

N.º 755/XIV/2.ª (PEV) — Relações de trabalho dentro da Infraestruturas de Portugal, S.A. (quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 91/2015, de 29 de maio).

N.º 763/XIV/2.ª (PCP) — Reforço dos direitos dos trabalhadores da saúde.

SEPARATA — N.º 51 (2021.04.16)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 790 e 791/XIV/2.ª):

N.º 790/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Garante o direito dos trabalhadores à desconexão profissional.

N.º 791/XIV/2.ª (Deputada não inscrita Cristina Rodrigues) — Reforça os direitos dos trabalhadores em regime de teletrabalho.

SEPARATA — N.º 52 (2021.04.23)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 797/XIV/2.ª (CDS-PP):

Consagra o direito ao desligamento, procede à décima sétima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho.

SEPARATA — N.º 53 (2021.04.30)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 806, 808, 811 e 812/XIV/2.ª):

N.º 806/XIV/2.ª (PEV) — Altera o Código do Trabalho com vista a regular o teletrabalho de forma mais justa.

N.º 808/XIV/2.ª (PS) — Procede à regulação do teletrabalho.

N.º 811/XIV/2.ª (PAN) — Regulamenta o teletrabalho no setor público e privado, cria o regime de trabalho flexível e reforça os direitos dos trabalhadores em regime de trabalho à distância, procedendo à alteração do Código do Trabalho, da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

N.º 812/XIV/2.ª (PSD) — Altera o regime jurídico-laboral do teletrabalho (décima nona alteração ao Código do Trabalho e primeira alteração da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, que regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais).

SEPARATA — N.º 54 (2021.04.30)

SUMÁRIO

Proposta de Lei n.º 87/XIV/2.ª (ALRAM):

Sobre a atribuição de subsídio de insularidade.

SEPARATA — N.º 55 (2021.05.07)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 819 e 820/XIV/2.ª):

N.º 819/XIV/2.ª (PEV) — Condições de acesso à pré-reforma para os oficiais de justiça (alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro).

N.º 820/XIV/2.ª (PEV) — Integração do suplemento de recuperação processual dos oficiais de justiça no vencimento mensal (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais).

SEPARATA — N.º 56 (2021.05.14)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 823/XIV/2.ª (PCP):

Incorpora o suplemento de recuperação processual no vencimento dos funcionários judiciais (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro).

SEPARATA — N.º 57 (2021.05.15)

SUMÁRIO

Projetos de Lei (n.ºs 825 e 829 a 832/XIV/2.ª):

N.º 825/XIV/2.ª (PCP) — Altera o regime do despedimento coletivo e do despedimento por extinção do posto de trabalho e revoga o despedimento por inadaptação, reforçando os direitos dos trabalhadores (décima sétima alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

N.º 829/XIV/2.ª (PCP) — Revê o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro.

N.º 830/XIV/2.ª (PCP) — Promove a participação dos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho (sétima alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho).

N.º 831/XIV/2.ª (PCP) — Recálculo das prestações suplementares para assistência a terceira pessoa atribuídas aos sinistrados do trabalho ao abrigo da Lei n.º 2127/65, de 3 agosto.

N.º 832/XIV/2.ª (PCP) — Adita a Associação Nacional dos Deficientes Sinistrados no Trabalho como entidade beneficiária de 1% do montante das coimas aplicadas por violação das regras de segurança e saúde no trabalho ou resultantes do incumprimento de regras de reparação de acidentes de trabalho.

SEPARATA — N.º 58 (2021.05.22)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 834/XIV/2.ª (BE):

Integra o suplemento de recuperação processual no vencimento dos oficiais de justiça (alteração ao Decreto-Lei n.º 485/99, de 10 de novembro, que estabelece medidas de compensação para a recuperação dos atrasos processuais).

SEPARATA — N.º 59 (2021.05.22)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 839/XIV/2.ª (BE):

Reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral, responsabilizando diretamente toda a cadeia de subcontratação e as empresas utilizadoras, bem como gerentes, administradores e diretores.

SEPARATA — N.º 60 (2021.05.28)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 852/XIV/2.ª (PAN):

Prevê o crime de assédio sexual, procedendo à quinquagésima terceira alteração ao Código

SEPARATA — N.º 61 (2021.06.07)

SUMÁRIO

Projeto de Lei n.º 841/XIV/2.ª (PAN):

Aprova medidas de reforço da proteção na parentalidade, procedendo para o efeito à décima sexta alteração ao Código do Trabalho e à sexta alteração ao regime jurídico de proteção social na parentalidade no âmbito do sistema previdencial e no subsistema de solidariedade.

DIVISÃO DE REDAÇÃO.